

# “Por que são elas pipiras?”: ensino de história a partir das experiências de mulheres trabalhadoras em fábricas têxteis no Piauí e Maranhão

*“Why are they Pipiras?”: History Teaching based on the Experiences of Women Workers in Textile Factories in Piauí and Maranhão [Brazil]*

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro\*

## RESUMO

Ao final do século XIX, os estados do Piauí e Maranhão abrigavam um total de onze fábricas de fiação e tecelagem de algodão, caracterizando um polo industrial têxtil com fortes conexões. Em território maranhense, cinco dessas fábricas estavam instaladas na capital São Luís, outras quatro em Caxias e uma em Codó. No Piauí, havia somente uma fábrica na capital Teresina. As mulheres eram numericamente expressivas e exerciam um papel de destaque na indústria têxtil em ambos os estados, sendo posteriormente identificadas pela alcunha de *pipira*. A referência era uma ave homônima, bastante comum na Amazônia e na região Meio Norte do país, mas que logo se desdobrou em outros significados, bastante ofensivos às operárias. Desse modo, o presente artigo analisa como esse apelido surgiu e se consolidou enquanto representação social sobre essas mulheres trabalhadoras, também refletindo sobre as possibilida-

## ABSTRACT

In the late 19th century, the states of Piauí and Maranhão in Brazil were home to a total of eleven cotton spinning and weaving factories, characterizing a textile industrial center with strong connections. In Maranhão, five of these factories were installed in the capital São Luís, another four in Caxias city and one in Codó city. In Piauí, there was only one factory in the capital Teresina. Women were numerically expressive and played a prominent role in the textile industry of both states, being later identified by the offensive nickname of *pipira*. The reference was a homonymous bird, quite common in the Amazon and in the Meio Norte region of the country, but which soon developed into other meanings, quite offensive to the worker women. Thus, this article analyzes how this nickname emerged and consolidated as a social representation of these working women, also reflecting on the possibilities of pedagogical inter-

\* Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Parnaíba, Piauí, Brasil. feliperibeiro@phb.uespi.br <<https://orcid.org/0000-0002-1258-6550>>

des de intervenção pedagógica no ensino de história a partir desse estudo, com foco na Educação Básica.

Palavras-chave: Trabalho têxtil; Mulheres; Ensino de história.

vention in history teaching based on this study, with a focus on Basic Education.

Keywords: Textile Work; Women; History Teaching.

---

Nada tínhamos com o referido artigo, se elle não viesse offender os nossos sentimentos de probidade e honradez. O articulista tendo em mira ofender ao Sr. Afonso, não offendeu somente a elle, mas sim, a muita gente: por isso que trazendo um histórico de pipiros e pipiras, não deixou de offender a todos aquelles e aquellas que, pela classe a que pertencem, são julgados com este qualificativo. [...] Ainda repetimos: nada tínhamos com o referido artigo, se o articulista não tivesse inserido as seguintes phrases: “Respeitem as famílias dos outros e não as atire ridiculo a dançarem com pipiras na falta dos centristas, e pipiras”.

(JORNAL DE CAXIAS, 28/01/1899, p. 3)

Uma festa promovida no Club Centro Familiar Caxiense, em janeiro de 1899, deu o que falar na cidade de Caxias, estado do Maranhão, motivando publicações de artigos na imprensa com ataques e retruques. Na ocasião, um baile reuniu pessoas de diversas classes sociais no badalado clube, porém o fato de pessoas oriundas de classes distintas dançarem juntas no salão foi considerado um escândalo para setores da elite local.

Inicialmente foi publicado um artigo no jornal *Gazeta de Caxias*, cuja edição ainda não foi encontrada nesta pesquisa, nem tampouco o nome do respectivo articulista. Entretanto, a partir da réplica publicada no *Jornal de Caxias*, assinada sob o pseudônimo “Os ofendidos”, cujo trecho foi citado acima, é possível verificar que o artigo publicado na *Gazeta* reivindicava “respeito às famílias” ao condenar de forma veemente a dança do Sr. Afonso com “pipiras”. Ao que tudo indica, este seria um negociante da cidade, sendo inclusive mencionado indiretamente em outra publicação sobre o ocorrido (JORNAL

DE CAXIAS, 04/02/1899, p. 4). Mas qual seria a classe identificada com a alcunha ofensiva “pipiros e pipiras”, na qual se refere a réplica?

Pipira é uma ave bastante comum nas regiões Amazônica e Meio Norte, sendo esta definida basicamente como territórios localizados entre o Sertão Nordestino e a Amazônia, abrangendo os estados do Piauí e Maranhão. Em outros estados do país, como a Bahia, por exemplo, o nome pipira se refere a um tipo de peixe, geralmente vendido a “preços módicos” por se tratar de “peixe miúdo” (PAIXÃO, 2006, p. 83).

No caso do Piauí e Maranhão, especificamente, a alcunha de pipira foi atribuída sobretudo às mulheres trabalhadoras em fábricas de tecidos ao final do século XIX. Por sinal, essas operárias foram numericamente expressivas e exerceram um papel de destaque na indústria têxtil em ambos os estados. É possível encontrar menções a esse apelido até em dicionários, que qualificam o termo como um regionalismo atribuído aos estados do Maranhão e Piauí, tendo como significado “moça empregada em fábrica de tecidos” (DICIO, 2022).

Também há uma breve referência a esse apelido em um artigo de Miridan Knox Falei publicado no livro *História das Mulheres no Brasil*, organizado por Mary Del Priore: “Entre as mulheres, a senhora, dama, dona fulana, ou apenas dona, eram categorias primeiras [nas hierarquias sociais]; em seguida ser ‘pipira’ ou ‘cunhã’ ou roceira e, finalmente, apenas escrava e negra”. Em nota explicativa, a autora indicou que pipira era o “nome dado à operária que trabalhava na Fábrica de Fiação, em Teresina”, enquanto cunhã referia-se a “amásia, mulher sem qualificação social” (FALEI, 2004, p. 142). Posteriormente, em outra obra, a própria Mary Del Priore mencionaria a cunhã e a pipira como “amásia de um homem importante” que gozariam de respeito sob a condição de “comportamentos adequados e comedidos” (DEL PRIORE, 2006, p. 146).

A origem social dessas operárias têxteis no Piauí e Maranhão ainda é apontada na bibliografia de forma genérica como oriundas da pobreza, mas ressalta-se que essas mulheres foram priorizadas nas contratações de trabalho nessas fábricas desde o início de seu funcionamento, ou seja, entre o final da década de 1880 e os primeiros anos da década seguinte, exatamente no contexto final da escravidão no país e o início do pós-abolição.

[...] A história dessas mulheres, que circulavam no fim da tarde pela cidade, após um dia exaustivo de trabalho, e que frequentavam os bailes populares nos

subúrbios, que ficaram conhecidos como pipirais, confunde-se com o universo da pobreza em Teresina. [...] O emprego na Fiação parecia menos humilhante e mais digno para uma moça pobre que o de criada. Ser tecelã na Fiação era afastar-se do espaço doméstico, era ter uma profissão que se colocava num nível superior ao de criada. [...] Se, para as camadas superiores, não havia muita distinção entre as pipiras da Fiação e as criadas de casa, para as camadas pobres da cidade a diferença existia, e ser operária dava mais status que ser doméstica. (CASTELO BRANCO, 2013, p. 112 e 114)

Na última década do século XIX, os dois estados passaram a abrigar onze fábricas de fiação e tecelagem de algodão. No Maranhão, cinco delas estavam instaladas na capital São Luís, outras quatro em Caxias e uma na cidade de Codó (MELO, 1990). No Piauí, havia uma única fábrica em Teresina (RIBEIRO, 2020). Vale ressaltar que, além dessas, em São Luís existiam mais quatro fábricas que produziam fios, punhos e linhas para pesca, além de malhas para camisaria, meias e tecidos utilizando outras matérias-primas, como cânhamo, lã e seda (MOREIRA, 2021).

São ainda escassos e parciais os dados quantitativos referentes ao operariado empregado nessas fábricas de fiação e tecelagem no final do século XIX, porém diversos registros apontam que cada unidade fabril nesses dois estados possuía, ao menos, uma centena de trabalhadores e trabalhadoras. Pesquisas chegaram a apresentar uma média de 260 operários por fábrica têxtil no Maranhão durante a década de 1890 (MELO, 1990).

Dados oficiais reunidos em relatórios da Comissão Executiva Têxtil (CETex) no ano de 1946, por exemplo, indicaram que o Piauí e o Maranhão possuíam mais mulheres do que homens na composição do operariado em suas unidades fabris recenseadas. No Piauí, a única fábrica existente possuía 310 trabalhadores, sendo 216 mulheres, ou seja, 70% do total. No Maranhão, as nove fábricas recenseadas possuíam juntas 3.871 trabalhadores, sendo 2.096 mulheres, alcançando a ordem de 54%. Tudo isso sem considerar a possibilidade de subnotificação no registro desses trabalhadores e dessas trabalhadoras têxteis (CETEX, 1946, p. 115).

Diversas pesquisas realizadas sobre essas trabalhadoras têxteis, algumas reunindo até entrevistas com antigas operárias, reforçam o quanto este apelido era ofensivo e rejeitado por grande parte das tecelãs. “A operária é concei-

tuada, pejorativamente, de ‘pipira de fábrica’ pela sociedade, palavras das próprias operárias” (PEREIRA, 2010, p. 41).

E assim foi sendo construído um enredo em torno do ser operária, que o vulgo eternizou como “pipira”, sem que elas saibam bem o porquê desse apelido que recaía sobre todas, embora ficando claro que, no substrato de tal alcunha, encontrava-se o debochado riso daquela sociedade [...]. (CORREIA, 2006, p. 203)

Por sinal, essa rejeição já estava posta naquela réplica publicada no *Jornal de Caxias* em 1899, sendo até o momento a fonte histórica mais antiga que foi encontrada com associação direta entre o nome pipira e as trabalhadoras têxteis na região Meio Norte.

[...] Impõe-nos o patriotismo defender aqui as nossas dignas deidades do appellido que lhes dão de pipiras. E porque são ellas pipiras? Por que vão aos nossos estabelecimentos industriais, ganhar o pão honradamente? É esse o motivo pelo qual são pipiras? [...] Agora mais do que nunca estamos dispostos a combater as afrontas que d’a muito nos têm sido atiradas por pessoas que se julgando muito acima de nós, nada são e nada valem [...]. (JORNAL DE CAXIAS, 28/01/1899, p. 3)

Desse modo, tendo como fio condutor as experiências de mulheres trabalhadoras em fábricas de tecidos no Piauí e Maranhão ao final do século XIX, o presente artigo busca refletir sobre as conexões possíveis entre a história social do trabalho e o ensino de história na Educação Básica.

A principal questão a ser abordada neste texto se refere ao protagonismo de mulheres nos mundos do trabalho na virada dos séculos XIX e XX, especialmente as que atuavam no ramo industrial têxtil, bem como os estereótipos e estigmas difundidos socialmente para designar pejorativamente essas trabalhadoras, sobretudo do ponto de vista moralista e sexista.

O artigo será dividido em duas seções: a primeira buscará refletir sobre as narrativas de heteronomia atribuídas à classe trabalhadora na história brasileira frente ao Estado, em conexão com os debates sobre os currículos prescritivos estatais e sua força no chão de escola para o ensino de história. Nesse sentido, serão utilizados como principal referência os artigos publicados na seção *Mundos do Trabalho e Ensino de História*, que integra o volume 3 da coleção *Ensino de História: teorias, práticas e novas abordagens*, intitulado *Patrimônio*

*cultural, memórias, identidades e mundos do trabalho no ensino de História* (BEZERRA; RIBEIRO, 2023). Trata-se de uma publicação recente, organizada pelo Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e uma das poucas referências dedicadas especificamente à conexão entre história do trabalho e ensino de história.

Na seção seguinte, serão retomados aspectos sobre as operárias têxteis do Piauí e Maranhão, a partir de diálogos entre a bibliografia sobre a temática e fontes da imprensa, publicadas entre o final do século XIX e início do XX. As experiências dessas tecelãs serão utilizadas como mote para questionar narrativas de heteronomia sobre a classe trabalhadora e também para vislumbrar possibilidades de intervenção pedagógica nas aulas de ensino de história na Educação Básica, particularmente no fomento à desconstrução de estereótipos que teimam em depreciar e desvalorizar as mulheres nos mundos do trabalho.

#### CURRÍCULO, FALSA HETERONOMIA E ENSINO DE HISTÓRIA DO TRABALHO

No âmbito da história do trabalho, a legislação social brasileira – particularmente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e seus apensos – configurou-se como um “instrumento mediador por excelência das relações entre governantes e governados” (GOMES, 2005, p. 227). Durante décadas, especialmente entre os anos de 1960 e 1980, essa centralidade do papel do Estado e do próprio presidente Getúlio Vargas nas relações de trabalho a partir do Estado Novo (1937-1945) acabou por consolidar na historiografia uma noção de heteronomia da classe trabalhadora brasileira, como se ela fosse “destituída de condições e de capacidade de formular projetos e estabelecer práticas de luta fora dos parâmetros definidos pelo Estado” (COSTA, 1999, p. 89).

Por certo – e felizmente – essa visão foi superada nas pesquisas sobre história do trabalho no Brasil, sobretudo a partir do diálogo com referenciais teóricos que estimulavam análises “de baixo para cima”, identificando e analisando variadas formas de agência da classe trabalhadora. Entretanto, no ensino de história da Educação Básica, tais questões ainda parecem distantes de muitas salas de aula.

Ao analisar dez coleções aprovadas no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) para o ano de 2020, Isaque de Souza de Oliveira e

Geovanni Gomes Cabral buscaram investigar como o movimento operário brasileiro era apresentado nos livros didáticos de História para o 9º Ano do Ensino Fundamental nessas coleções. Os autores verificaram a centralidade da chamada Era Vargas e da noção de heteronomia da classe trabalhadora.

[...] Apreendemos, a partir de nossas observações e com respeito a essa questão do avanço historiográfico, que essa guinada interpretativa não é algo recorrente nas narrativas dessas obras didáticas aqui analisadas. A visão tradicional sobre a questão da relação entre movimento operário e Era Vargas é o que predomina nesses textos; a velha perspectiva do controle estatal [...]. (OLIVEIRA, CABRAL, 2023, p. 256)

Convém ressaltar que essa centralidade da outorga e da dádiva em torno da legislação trabalhista do período varguista nas aulas de História, por vezes, acaba se assemelhando com a imagem daquela vexatória exposição em *Power-Point* do ex-procurador da República Deltan Dallagnol: as setas de inúmeros episódios relevantes para a história do trabalho no Brasil apontam sempre para o ex-Presidente da República, que nesta comparação seria Getúlio Vargas. Obviamente que, tal qual a imagem da exposição original do ex-procurador, essas setas imaginárias quase que exclusivamente concentradas na Era Vargas são um erro crasso, a ponto de direitos conquistados em outros contextos pela classe trabalhadora, como por exemplo o Décimo Terceiro Salário (1962), serem atribuídos equivocadamente ao “pai dos pobres”.

No que tange à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apesar dela fazer uso frequente do termo “mundos do trabalho”, acaba por privilegiar aspectos de preparação e ajustamento de estudantes da Educação Básica ao mercado do trabalho, negligenciando a devida criticidade sobre a temática.

Em um instigante estudo, Juliana da Silva Barros e Fernando Cauduro Pureza analisaram como a noção de trabalho foi construída nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental e Médio, lançados entre 1997 e 1999, bem como na BNCC, lançada para o Ensino Fundamental em 2017 e Ensino Médio em 2018. De acordo com os autores, nos PCNs, o sentido de trabalho pareceu “opaco em relação ao capitalismo” e “ocultando clivagens” inerentes às relações de trabalho. “Ao longo da proposta, os termos ‘Mundo do Trabalho’ e ‘mercado de trabalho’ emergem como intercambiáveis, sem maiores discussões acerca do que significam” (BARROS, PUREZA, 2023, p. 209).

Muito embora na BNCC o tema “Mundo do Trabalho” esteja listado como um objeto do conhecimento que perpassa variadas áreas do Ensino Fundamental e apontado como uma das seis competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio, a análise promovida pela dupla de autores não foi animadora. Para eles, em toda a BNCC, uma perspectiva atualizada do que denominam como Ensino da História Social do Trabalho não está presente no currículo para a Educação Básica. Além disso, as expressões “mundo do trabalho” e “mercado de trabalho” aparecem como análogas, enfatizando mais a questão do desenvolvimento tecnológico, as aceleradas transformações que ele promove nas relações de trabalho e a necessidade de que cada estudante se prepare para esse “novo mundo”, o que obviamente compromete as possibilidades de discussão sobre as experiências de trabalhadores e trabalhadoras na luta por direitos e as transformações sociais dela decorrentes.

[...] Evoca-se o Mundo do Trabalho em sua unidade, aquele tradicionalmente estabelecido pelas transformações econômicas e no qual as experiências dos trabalhadores são secundárias. O desafio que emerge para um Ensino de História Social do Trabalho em sala de aula, portanto, é o de confrontar os limites que a própria BNCC estabelece [...]. (BARROS, PUREZA, 2023, p. 215-216)

Em sentido semelhante, Luciana Pucu Wollmann do Amaral, Samuel Silva Rodrigues de Oliveira e Claudiane Torres da Silva propõem o “questionamento das práticas que encapsulam os projetos de educação para emancipação social”, a despeito das prescrições curriculares (AMARAL, OLIVEIRA, SILVA, 2023, p. 268). O trio de autores trata das tensões que perpassam a pesquisa e o ensino de história do trabalho, compartilhando experiências de história pública a partir do projeto *Chão de Escola*, seção que busca articular história do trabalho e ensino de história no site do Laboratório de Estudos da História do Mundo do Trabalho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEHMT-UFRJ).

Em diálogo com tais argumentos, o presente artigo propõe uma reflexão que busca conectar debates caros à história do trabalho com questões prementes do ensino de história. Os dispositivos presentes nos currículos oficiais, particularmente a BNCC, têm impactado fortemente a dinâmica escolar. Ainda que alvo de muitas críticas públicas, tal currículo tem se transformado em



“instrumento mediador por excelência” na relação entre secretarias de educação, escolas, docentes e estudantes, correndo o risco de consolidar, a médio e longo prazos, uma certa visão de heteronomia da classe trabalhadora da educação, como se estivesse sem autonomia ou “destituída de formular projetos e estabelecer práticas de luta fora dos parâmetros definidos pelo Estado”, trechos parafraseados de Gomes (2005) e Costa (1999), aqui já citados.

Sob a inspiração dos próprios debates recentes da história do trabalho, é preciso reforçar a capacidade de agência de trabalhadores e trabalhadoras no ensino de história frente ao currículo prescrito, seja em relação a própria pessoa que atua na docência, bem como as personagens dos temas tratados em sala de aula. Aliás, essa agência da classe trabalhadora docente tanto pode, quanto deve ser experimentada nas salas de aula em diálogo com o currículo vigente, a partir das suas brechas, dos seus pretextos e das conexões possíveis entre a história do trabalho, os objetos do conhecimento e as relações de ensino-aprendizagem na Educação Básica.

## HISTÓRIA DO TRABALHO, INTERSECÇÕES E DESCONSTRUÇÕES DE ESTEREÓTIPOS

As experiências de mulheres trabalhadoras em fábricas de tecidos no Piauí e Maranhão se apresentam como uma oportunidade de explicitar as reflexões propostas neste artigo. Tais elementos inclusive perpassam alguns trabalhos já produzidos sobre mulheres trabalhadoras no Brasil.

Dentre as referências pioneiras no estudo sobre mulheres, gênero, trabalho e feminismo foram as obras de Heleieth Saffioti e Maria Valeria Juno Pena. A primeira evidenciou que, desde o final do século XIX, já havia uma expressiva quantidade de mulheres trabalhadoras no país, chegando a representar “45,5% da força de trabalho efetiva da nação”, inclusive na indústria têxtil (SAFFIOTI, 1976, p. 89). A segunda discutiu especificamente sobre o trabalho feminino no sistema fabril, chegando a enfatizar aspectos da indústria têxtil, reforçou sobremaneira o debate sobre relações de gênero nos espaços de trabalho (PENA, 1981).

Em seguida, Margareth Rago demonstrou diversas práticas de moralização para a classe trabalhadora e a família operária, já no contexto inicial de industrialização no Brasil. Nesse processo, narrativas sobre um “modelo ideal”

para as mulheres se intensificaram, particularmente com recomendações para que ficassem em casa e evitassem o espaço público (RAGO, 1985).

Mais recentemente, a obra de Glaucia Fraccaro apresentou uma densa pesquisa sobre pautas por direitos das mulheres no Brasil articulando movimento feminista e protagonismo de trabalhadoras unidades fabris. “A história da luta por direitos das mulheres no Brasil pode contribuir para se compreender que a agitação promovida por elas no chão de fábrica brasileiro influenciou partidos e movimentos sociais, bem como a formulação de leis [...]” (FRACCARO, 2018, p. 33).

O protagonismo dessas mulheres operárias na cena pública, no Piauí e Maranhão, já no século XIX, provocava tensões sociais, resistências e preconceitos diversos. Ao serem inseridas no trabalho industrial, essas operárias conquistavam um certo status diante das demais profissões femininas, adquirindo maior liberdade social, daí a analogia com o “bater de asas” das pipiras, por vezes evocado em esforços explicativos sobre o uso da alcinha. Porém, este apelido apresentou conotações pejorativas para muitas operárias, vistas sob a ótica machista como mulheres disponíveis a variadas formas de importunação (RIBEIRO, 2020). Inclusive, a partir das experiências dessas mulheres trabalhadoras fabris, torna-se possível promover discussões interseccionais de gênero, raça e classe, visando resgatar histórias no combate às desigualdades sociais, ao machismo, racismo, sexismo e outras formas de preconceitos patriarcais.

A preferência pela contratação de mulheres desde o início das fábricas, por exemplo, denota uma estratégia do empresariado para, entre outras coisas, pagar salários menores às operárias. Além disso, havia fábricas que “contratavam certo número de meninas em idade de nove, dez e onze anos, a quem pagava salário bem inferior ao das trabalhadoras adultas” (CASTELO BRANCO, 2013, p. 113).

O que mais se destaca nas fontes consultadas do período é a quantidade expressiva de mulheres operárias nas fábricas do Piauí e Maranhão desde o início do seu funcionamento. Na Companhia Piauiense de Tecidos, em Teresina, por exemplo, meses antes de sua inauguração, a fábrica já se encontrava em atividade de forma experimental, produzindo tecidos para avaliação. Nesse processo, foi formado um “trabalho de aprendizagem das operárias”, reunindo diversas mulheres para treinamento visando o seu “preparo completo e indispensável para o desempenho do ofício” (A LEGALIDADE, 26/06/1892, p. 4).

As fábricas de São Luís também anunciavam nos jornais vagas de trabalho, em variadas seções, quase sempre destinadas às mulheres. A Fábrica do Rio Anil chegou a noticiar que precisava tanto de “operárias para a secção de fiação” (PACOTILHA, 12/12/1894, p. 2), quanto “para seus teares”, oferecendo inclusive àquelas residentes na cidade “passagem gratuita nos carros da companhia ‘Ferro Carril’” na ida e volta ao trabalho. No mesmo anúncio, até os horários dessas viagens de bonde foram divulgadas, saindo da principal estação por volta de 5 horas da manhã em direção à fábrica, com retorno ao final da tarde, logo após as 17 horas (PACOTILHA, 30/10/1893, p. 1).

Em Codó, a Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão noticiava em relatório publicado na imprensa que “não tem sido necessarias [sic] procurar senhoras para a fiação e tecelagem porque as codoenses, logo que se abriram as portas da fábrica, as invadiram espontanea e abundantemente, desenvolvendo-se com facilidade no serviço”, sendo bem avaliadas pelas operárias de Caxias que foram contratadas pela empresa para treiná-las (DIÁRIO DO MARANHÃO, 16/09/1893, p. 1).

As mulheres que atuavam como operárias nas fábricas de Caxias eram vistas como bastante experientes nos afazeres industriais têxteis. Por sinal, desde a fábrica mais antiga aqui analisada, a Companhia Industrial Caxiense, diversos relatórios já apontavam a predileção pelo trabalho de mulheres e crianças. A justificativa pública era de que os maquinismos deveriam ser “guiados pelas mãos delicadas de mulheres e crianças” (PACOTILHA, 07/01/1888, p. 2). Entretanto, cabe observar outras questões, tais como os salários mais baixos que eram oferecidos pelas empresas às mulheres e crianças em comparação aos homens, bem como os contextos de crise final de escravidão e do pós-abolição no país.

Além de serem contratadas por outras empresas, como ocorreu em Codó, as operárias de Caxias também questionavam suas condições de trabalho em jornais locais. Em 1893, chegou a ser publicada no periódico *Gazeta Caxiense* um texto assinado com o pseudônimo “Uma operária”, questionando o desrespeito de mestres às regras estabelecidas pela própria fábrica, o que prejudicava as trabalhadoras. Não se sabe ao certo quem escreveu o referido texto. Porém, ainda que não tenha sido a própria operária, ela certamente levou o caso para que alguém escrevesse e encaminhasse o caso ao referido jornal.

Consta-me que uma de nossas fábricas de tecidos, à ordem da Diretoria, é proibido a entrada dos operários depois de um segundo apito da machina a vapor; assim como a entrega de teares na mesma quinzena as tecelôas que por qualquer motivo tenham falhado ao serviço. Deu-se porem a poucos dias um verdadeiro contraste ao regimem desse estabelecimento: uma tecelôa tendo adoecido no domingo, não pôde ir a fabrica segunda-feira, pelo que teve de perder os seus teares e ficar impossibilitada de trabalhar em teares até o fim da quinzena. [...] No dia seguinte (terça-feira) pelas duas horas da tarde, quando a D. tecelôa gosava do socego domestico, chega-lhe um menino que a mandado creio que do *mestre* vinha buscá-la especialmente para ir tomar conta de dois teares, que sua dona também por motivo de moléstia os havia deixado a pouco. [...] Abusa um para privilegio de outro? Serão menos suficientes?... (GAZETA CAXIENSE. 29/09/1893, p. 3)

Essa publicação, intitulada “Privilegio Fabril”, gerou inclusive réplicas e trélicas por meio de novos textos publicados na imprensa. Um deles, aliás, assinado com o pseudônimo “Um amigo”, em defesa do mestre da fábrica em questão. Ele se dirigiu em termos ofensivos, argumentando que o mestre fez a sua obrigação “muito embora desagrade a operárias do seu jaez” [leia-se do “seu tipo”], referindo-se ainda à operária como “abelhuda”, que estaria “mettendo o bico aonde não lhe compete” (GAZETA CAXIENSE, 17/10/1893, p. 3).

Embora haja menções de que “as relações de trabalho no sistema fabril, pelo menos em seus inícios, tinham fortes contornos herdados da agricultura servil e escravagista” (MELO, 1990, p. 41) e que “as fábricas abarcavam em seus limites desde os visivelmente negros até os que se queriam brancos” em um “ambiente multicor” (CORREIA, 2006, p. 194), faz-se necessário análises mais densas sobre a composição do operariado das fábricas do Piauí e Maranhão, particularmente no que tange às questões de raça e gênero nos primeiros anos de funcionamento dessas unidades fabris.

Nesse sentido, as fontes da imprensa tornaram-se bastante instigantes, permitindo avanços nesse debate. E a chave para tal análise está relacionada às publicações de jornais cujo tema gira em torno de concepções dominantes à época sobre moralidade, algo também mencionado na bibliografia sobre a temática.

A produção de uma história da participação da mulher no sistema fabril revela momentos de opressão, exploração e humilhação; entretanto, é a forma como essas mulheres eram percebidas e representadas pela sociedade que chamam a atenção: a relação que a sociedade concebia entre o trabalho feminino e as questões de moralidade. (PEREIRA, 2010, p. 36)

[...] Por sua vez, [essa moralidade] deu lugar ao desenvolvimento do imaginário que as confundia [as fábricas] com antros de promiscuidade, de modo que aquelas que nela empregavam suas energias viam-se expostas a uma percepção que, indistintamente, as degradava em face do ideal feminino dominante. (CORREIA, 2006, p. 202)

Com foco apenas no século XIX, dezenas de publicações em periódicos com conteúdo relacionado à trajetória das tecelãs piauienses e maranhenses permitem estabelecer paralelos entre as trabalhadoras de ambos os estados.

Um deles se refere aos acidentes de trabalho ocorridos com trabalhadoras nas fábricas. Na cidade de Caxias, por exemplo, “uma operária quebrou um braço” quando “ajudava a limpar ou consertar um tear” (GAZETA CAXIENSE, 23/04/1895, p. 3). Em um contexto sem direitos trabalhistas mínimos, foram observadas práticas empresariais no sentido de não se responsabilizar pelo socorro adequado às vítimas, bem como a demissão de tecelãs por falta ao trabalho, ainda que enfermas ou se recuperando de algum acidente.

Tudo isso estimulava formas de organização e lutas dentro do espaço fabril, tal como ocorreu em São Luís quando a diretoria de uma das fábricas deliberou sobre a redução do pagamento quinzenal. Não tardou para que “algumas operárias, instigadas por uma das companheiras de trabalho” abandonassem o serviço “antes da hora marcada no regulamento”, sendo culpabilizadas ao longo da reportagem por estarem “interpretando mal essa deliberação” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 19/07/1890, p. 2).

Em 1902, já no limiar do século XX, o *Jornal dos Artistas*, periódico das classes operárias do Maranhão, ao tratar das condições de trabalho na Fábrica do Anil, em São Luís, teceu críticas ao estabelecimento por conta das denúncias de que operárias estavam sendo maltratadas por um mestre da fábrica: “[...] pobres moças e creanças, que virtuosamente labutam para ganharem o pão, onde são maltratadas [...] Si é porque são pobres, e são operárias e mui-

tas delas de ‘cor’ como o dizem, não seja por isso razão [...]” (JORNAL DOS ARTISTAS, 20/09/1902, p. 2, grifo nosso).

No século XIX, porém, as situações de assédio às operárias têxteis no espaço de trabalho e casos de gravidez denotavam outros tipos de abordagem nos jornais, cujo conteúdo pode auxiliar na compreensão de certos usos do termo “pipira” atribuído a essas trabalhadoras.

Logo no início de funcionamento da fábrica em Teresina, foi noticiado que “um alferes do corpo de *segurança*, em visita ao estabelecimento da fiação e tecidos, imprudentemente interrompeu o trabalho de uma operária, fazendo-lhe desabridamente a côrte” (A LEGALIDADE, 25/06/1892, p. 4). Na publicação, o referido alferes foi chamado de “valente” por ter sacado um revólver e também ameaçado o mestre da fábrica, que havia lhe “advertido em termos delicados” para que “não continuasse a perturbar o serviço”. Ressalta-se que a importunação à operária em si não parece ter sido objeto de questionamento pelo periódico.

Poucos anos depois, outro jornal da cidade denunciava práticas consideradas “imorais e deprimentes” na mesma fábrica de tecidos:

[...] Quando em busca de meios de subsistência entram para ali pobres operárias a quem a natureza favoreceu com dotes físicos, o público teresinense já está certo de que em breves dias ellas de lá sahem com a barriga inchada. [...] Seus diretores e empregados, quando não são autores, enchem-se de gaudio pela desgraça a que ellas são arrastadas – a desonra. [...] Prevenimos ao público que nos lê do que por ali vae de immoral e deprimente [...]. Acautellem-se as pobres operárias dos laços que lhes armam os senhores da Fiação. (O PIAUHY, 19/12/1895, p. 4)

Nota-se nessa publicação o destaque atribuído aos aspectos relacionados à pobreza, objetificação do corpo da mulher (dotes físicos) e generalização de que praticamente todas saem da fábrica “com a barriga inchada”. Daí começa a se estabelecer uma representação social que visa “condenar” essas mulheres operárias têxteis.

Convém destacar que a expressão “barriga inchando”, denotando gravidez, também foi utilizada na canção “Xote da Pipira”, do compositor maranhense João Batista do Vale em parceria com José Batista. Sua primeira gravação em disco ocorreu no ano de 1962, sendo posteriormente regravada por Nara Leão, em 1981, em um dueto com João do Vale, tendo outro arranjo mu-

sical e também alterado o nome da canção para “Pipira”, embora com a mesma letra. Nesse caso, porém, o termo pipira foi atribuído, em sentido dúbio, à genitalia masculina.

Mané, tem um viveiro /  
Tem passarinho de toda qualidade /  
Zabelê, canário, corrução /  
Pipira, sábia tem azulão /  
Rosinha, tava brincando /  
Pipira, lhe biliscou /  
O dedo inchava, ela chorava /  
Ai ai, ai dor /  
O que é menina / Foi a pipira do mané que biliscou [bis]  
Já vi menina da carne reimosa /  
Pipira do bico venenoso /  
Deixou todo mundo em alvoroço /  
Que a menina tá inchando /  
Do dedo até o pé do pescoço /  
E a menina tá inchando /  
Do dedo até o pé do pescoço /  
Eu via disso lá no bacabal /  
Ninguém pode ver o trem engordando /  
Censura ai meu deu que é um horror /  
Fica o povo comentando / Mais um que a pipira biliscou /  
E tu também tá engordando / Mais uma que a pipira biliscou [bis]  
(VALE, 1962)

Tais estereótipos reforçavam a associação dessas trabalhadoras ao nome da ave pipira, chegando a possuir derivações dessa expressão a partir de práticas de lazer das operárias, como os bailes dançantes. Os chamados pipirais ou “baile das pipiras” eram noticiados na imprensa em tom jocoso, denotando que tais festas só seriam permitidas “graças ao consentimento do delegado da zona, que a exemplo do que se pratica aqui na capital, também fecha os olhos aos folguedos das raparigas e dos raparigos” (DIÁRIO DE SÃO LUIZ, 20/04/1921, p. 3).

Vale ressaltar, porém, que as expressões pipiral, pipirais e pipira com denotação de espaços de prostituição ou algo semelhante é anterior a existência das fábricas têxteis. Em 1881, por exemplo, o jornal *O Pensador* publicou uma nota ácida sobre um religioso de São Luís, obviamente que utilizando cognomes. Dizia que “*Frei Tabaco*, o preguiçoso, manda todas as tardes o seu negro apanhar *figos de morcego* [...]. À tarde come os tais figos e à noite caça *pipiras* na rua da Cruz” (*O PENSADOR*, 20/02/1881, p. 8), referindo-se a uma via localizada em área de prostituição na capital do Maranhão. Posteriormente, em 1894, neste caso com algumas das fábricas têxteis já funcionando, o escritor piauiense Leônidas Benício Mariz e Sá publicou fascículos de seu livro “A Bela” no jornal carioca *Correio da Tarde*. Tendo como subtítulo “romance de costumes do norte”, a obra em um certo trecho narra as peripécias de José Mendes, “que esbanjava a sua fortuna em pandegas e jogatinas” e os amigos iam lhe buscar para festejar. “Nos *pipirais* era sempre o primeiro; passava mesmo como conquistador, e qual era a *pipira* que não se desmanchava em derriço pelo moço [...]” (*CORREIO DA TARDE*, 01/02/1894, p. 1).

Assim, é possível desconstruir tal alcunha que há mais de um século é símbolo de um estereótipo atribuído a mulheres na região Meio Norte do país e que depois também passou a ser utilizada para estigmatizar trabalhadoras em fábricas de tecidos, exatamente quando elas passaram a ocupar de forma mais intensa o espaço público como operárias de um estabelecimento que era representado, à época, como um ícone de progresso em suas respectivas cidades.

Por isso mesmo é necessário retomar aqui o baile no Club Centro Familiar Caxiense e os artigos publicados na imprensa para historicizar, conscientizar e combater essa e outras formas de preconceito, visto que estereótipo “está associado à opinião pré-constituída sobre uma classe de indivíduos, grupos ou objetos que reproduzem formas esquemáticas de percepção de juízo” ou trata de “uma modalidade particular de utilização de conceitos representativos”. Nas aulas de história, as relações de ensino-aprendizagem lidam constantemente “com estereotípias em sua própria dinâmica de constituição” (MEINERZ, 2019, p. 102-103).

A operária é conceituada, pejorativamente, de “pipira de fábrica” pela sociedade, palavras das próprias operárias. [...] Tal preconceito chegou a delimitar os espaços de circulação próprios das mulheres consideradas da elite e os de circulação



das pipiras. A Praça Gonçalves Dias [na cidade de Caxias], comumente sediava os encontros das moças mais abastadas da sociedade, enquanto que a Praça da Matriz era considerada a “praça das pipiras”, por ali circularem moças de origem humilde, como as operárias. (PEREIRA, 2010, p. 41-42)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso ocorrido no baile em Caxias, em 1899, apresenta elementos de uma resistência interseccional contra desigualdades, indubitavelmente de classe e gênero, sendo também provavelmente de raça. A réplica assinada em defesa de trabalhadores e trabalhadoras no baile é taxativa: “[...] Queremos é provar ao articulista, que o cidadão por ser pobre, mas que possua qualidades físicas e moraes iguais as de um rico, não está, portanto, excluído de gosar das regalias da alta Sociedade [...]”. E ainda emenda: “Qual é o ridículo em que cahe uma moça por dansar com um operário honrado? [...] Não é por isso que estamos privados de defender os nossos direitos quando somos atacados [...]” (JORNAL DE CAXIAS, 28/01/1899, p. 3).

Todos os elementos contidos nesse episódio e nas demais experiências das trabalhadoras têxteis que buscamos ressaltar ao longo do presente artigo dialogam com o que é elencado nos currículos formais como objetos de conhecimento e suas variadas temáticas, bem como outros aspectos a serem reforçados na formação escolar, como o compromisso de respeito às diferenças e o enfrentamento à discriminação e ao preconceito. Aliás, diversas experiências trágicas de mulheres trabalhadoras têxteis reunidas neste texto lamentavelmente ainda são presentes na sociedade e até dentro da escola, inclusive os tais apelidos machistas e sexistas. Por outro lado, essas operárias têxteis também demonstraram capacidade de agência na luta por direitos, contribuindo para a desconstrução de narrativas sobre a heteronomia da classe trabalhadora. O protagonismo dessas tecelãs nos jornais, desde o final do século XIX, encaminhando suas demandas e reclamações, seja oralmente ou escrevendo cartas para publicação nos periódicos, permite abordar e problematizar diversas temáticas caras e recorrentes no currículo da Educação Básica, tais como a Revolução Industrial, o discurso civilizatório, a escravidão, as formas de resistência, organização e lutas por direito e democracia, o movimento operário, o su-

frágio feminino, os movimentos sociais, as populações marginalizadas, as violências enfrentadas por elas, enfim... Há uma gama de possibilidades de inserção de histórias como essa – de trabalhadoras têxteis – em intervenções pedagógicas no ensino de história, mantendo um articulado diálogo com o currículo vigente e, simultaneamente, promovendo ações autônomas, por vezes até subversivas à prescrição curricular, mas fundamentalmente combatendo a heteronomia no chão da escola.

Portanto, frente aos inúmeros desafios do ensino de história do trabalho, sobretudo rechaçar a invisibilidade da agência de trabalhadores e trabalhadoras no processo histórico em sala de aula, este artigo buscou estreitar as interações entre a história do trabalho e o ensino de história, uma demanda necessária e urgente para a Educação Básica, no intuito de colaborar para que mais relações de ensino-aprendizagem busquem privilegiar protagonismos dos “de baixo”.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

- A LEGALIDADE. *Periódico*. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: [www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br).
- CORREIO DA TARDE. *Periódico*. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: [www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br).
- DIÁRIO DE SÃO LUIZ. *Periódico*. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: [www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br).
- DIÁRIO DO MARANHÃO. *Periódico*. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: [www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br).
- DICIO – Dicionário Online de Português. *Pipira* [verbetes]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pipira/>. Acesso em: 10/07/2023.
- GAZETA CAXIENSE. *Periódico*. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: [www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br).
- JORNAL DE CAXIAS. *Periódico*. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)>.
- JORNAL DOS ARTISTAS. *Periódico*. Acervo: Biblioteca Pública Benedito Leite. Disponível em: <http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>.
- O COMBATE. *Periódico*. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: [www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br).

O PIAUHY. *Periódico*. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: [www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br).

PACOTILHA. *Periódico*. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: [www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br).

VALE, João do. *Xote da Pipira* [canção]. Outra vez, Marinês [Lp]. 1962. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/0nfZFbcKuLxhVkt2joAeJm>. Acesso em: 05/05/2023.

## Bibliografia

BEZERRA, Danilo Alves; RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos (orgs.). *Ensino de História: teorias, práticas e novas abordagens – Patrimônio cultural, memórias, identidades e mundos do trabalho no ensino de História*. V. 3. Recife: EdUPE, 2023.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres Plurais: a condição feminina na Primeira República*. Teresina: EdUFPI, 2013.

CETEX – Comissão Executiva Têxtil. *Indústria Têxtil Algodoeira*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1946.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. *Nos fios da trama: quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís, na virada do século XIX*. São Luís: EdUFMA, 2006.

COSTA, Helio da. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In: COSTA, Helio da; FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da; FONTES, Paulo. *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p. 87-122.

DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.

FALEI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. ed. 7. p. 202-231.

FRACCARO, Glauca. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2018.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. ed. 3.

HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ITAPARY, Joaquim. *A falência do ilusório: memória da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil*. São Luís: Alumar, 1995. Coleção Documentos Maranhenses.

- LOPES, José Sérgio Leite. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. Brasília: Editora UNB; Marco Zero, 1988.
- MEINERZ, Carla. Estereótipo. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (orgs.). *Dicionário do ensino de história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2019. p. 102-106
- MELO, Maria Cristina Pereira de. *O bater dos panos: um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil do Maranhão (1940-1960)*. São Luís: SIOGE, 1990.
- MOREIRA, Danielle Nogueira Magalhães. *Fábricas de tecidos no sertão maranhense: patrimônio industrial não consagrado*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2021.
- ORGMAR MONTEIRO. *Teresina descalça: memórias desta cidade para deleite dos velhos habitantes e conhecimentos novos*. Fortaleza: Edições IOCE, 1988.
- PAIXÃO, Neli Ramos. *Ao soar do apito da fábrica: idas e vindas de operárias(os) têxteis em Valença – Bahia (1950-1980)*. Salvador: dissertação de mestrado em História, UFBA, 2006.
- PENA, Maria Valéria Juno. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PEREIRA, Ana Paula Alves. As pipiras da fábrica: a operária sob o olhar da sociedade caxiense na década de 1950. In: PESSOA, Jordânia; MELO, Salânia. *Percorrendo becos e travessas: feitos e olhares das histórias de Caxias*. Teresina: EdUFPI, 2010, p. 27-50.
- PESSOA, Jordania Maria. *Entre a tradição e a modernidade: a belle époque caxiense: práticas fabris, reordenamento urbano e padrões culturais no final do século XIX*. Imperatriz: Ética, 2009.
- PIRES, Isabelle Cristina da Silva. *Entre teares e lutas: relações de gênero e questões étárias nas principais fábricas de tecidos do Distrito Federal (1891-1932)*. Rio de Janeiro: Dissertação CPDOC-FGV, 2018.
- PIRES, Isabelle Cristina da Silva; RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos Ribeiro. “A alma da mulher brasileira explodiu em vibrante protesto”: condições de trabalho feminino e formas de resistência em fábricas têxteis do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. *Trashumante: Revista Americana de Historia Social*, 2018, v. 12, p. 54-75.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. ‘Uma grande organização fabril do Piauí’: a Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense no contexto da Segunda Guerra Mun-

dial. In: SOUZA NETO, Marcelo de; ALVARENGA, Antônia Valtéria Melo; FONTINELES FILHO, Pedro Pio (orgs.). *A História sob Múltiplos Ângulos: Trajetórias de pesquisa e escrita*. Teresina: EdUESPI, 2020, v.2, p. 125-148.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Mariangela Santana Guimarães. *Fragments da memória: contribuições à história de Caxias - Maranhão*. São Leopoldo: Tese de Doutorado em História, UNISINOS, 2018.

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.



Artigo submetido em 31 de agosto de 2023.  
Aprovado em 16 de janeiro de 2024.